

LITERATURAS AFRICANAS E ENSINO: PRESSUPOSTOS DA PESQUISA COMO EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA

Adilson Vagner de Oliveira¹

RESUMO

Este trabalho promove reflexões sobre as práticas de investigação em literaturas africanas no ensino médio integrado, utilizando-se dos métodos de literatura comparada. Nessa perspectiva, a história e a cultura africanas tornam-se objetos de análise crítica por meio da escrita ficcional de vários países do continente, a fim de demonstrar como as literaturas africanas converteram-se em um projeto estético e político de reescrita da história cultural da África. Como *corpus* de análise comparada, foram utilizadas as obras “*A gloriosa família: o tempo dos flamengos*” (1999), “*A geração da utopia*” (2013), “*Lueji: o nascimento de um império*” (2015) de Pepetela, “*O caminho da casa*” (2017) de Yaa Gyasi, “*Bom dia camaradas*” (2006) de Ondjaki, “*Meio sol amarelo*” (2008), “*Hibisco Roxo*” (2015) de Chimamanda Adichie, “*A arma da casa*” (2000) de Nadine Gordimer e “*Terra sonâmbula*” (2000) de Mia Couto.

Palavras-chave: literaturas africanas, história, cultura, ensino, pesquisa.

Introdução

Este texto integra algumas reflexões práticas e teóricas sobre o ensino das literaturas africanas no espaço escolar, a partir de um conjunto de pressupostos pedagógicos que viabiliza a pesquisa como princípio educativo. O acesso a um panorama objetivo das condições atuais da produção literária da África colabora com a divulgação desses produtos culturais, além de oferecer as primeiras experiências literárias aos estudantes brasileiros. Assim, como proposta de pensar as atividades de ensino e pesquisa também no campo literário, algumas questões devem ser respondidas ao longo do trabalho. Primeiramente, a) Por que ensinar Literaturas Africanas na educação básica? E b) O que abordar nessas literaturas?

¹Professor do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT) - *Campus* Avançado de Tangará da Serra-MT. Mestre em Estudos Literários pela UNEMAT e Doutor em Ciência Política pela UFPE. Pesquisador das áreas de literatura, ensino e sociedade, Coordenador do Grupo de Pesquisa “Literaturas Africanas: história, política e sociedade”. E-mail: adilson.oliveira@tga.ifmt.edu.br

Em princípio, as recomendações da legislação sobre o ensino nas escolas brasileiras de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana podem justificar por si só a importância de fomentar o acesso às produções culturais africanas, porém, a contemporaneidade nos revela necessidades educacionais ainda maiores para a escola hoje, trata-se dos desafios da alteridade nas relações humanas atuais, nos quais o reconhecimento do outro, da diversidade étnica, religiosa, sexual e da pluralidade cultural deve ser fundamental para se pensar a sociedade do século XXI. A era do conhecimento nos oferece, não somente uma gama de possibilidades de aprendizagem, mas também nos revela a fragilidade do sistema de conhecimento que desconsidere as relações sociais como primordiais para qualquer tipo de projeto de futuro entre as comunidades do mundo.

Além disso, o texto apresenta também algumas das principais produções literárias africanas contemporâneas, a partir de recortes específicos sobre os procedimentos de escrita ficcional que tomam a releitura da história e as estratégias da memória como elemento criativo. Posteriormente, as relações entre literatura e os fenômenos políticos demonstram as características de engajamento muito comuns à ficção africana, por isso deve-se compreender de que forma a história política dessas nações se materializa nas produções literárias do continente. Trata-se de fundamentos indispensáveis para se ter acesso ao universo cultural e histórico da África, a partir de um projeto ético, político e cultural de abordar profundamente esse campo do conhecimento humano.

Por isso, são apresentadas análises literárias sobre um quadro de obras e escritores africanos de grande expressão recente no Brasil, a amostra de produção cultural conta com trabalhos de Pepetela, Ondjaki, Yaa Gyasi, Chimamanda Adichie, Nadine Gordimer e Mia Couto, representando respectivamente Angola, Gana, Nigéria, África do Sul e Moçambique². Trata-se apenas de um quadro demonstrativo que pode e

² A seleção de obras e autores apenas seguiu as propostas de investigação do Grupo de Pesquisa “Literatura Africanas: história, política e sociedade”, cujas atividades de análise baseiam-se principalmente no método de literatura comparada, daí a escolha dos países para compor a amostra. As atividades do grupo iniciaram em Agosto de 2017, a partir do edital interno 01/2017 PROPES, com bolsas do CNPq para três bolsistas, além de contar com mais doze pesquisadores voluntários do ensino médio integrado. Para os trabalhos de vigência 2018/2019, o edital 029/2018 PROPES permitiu o financiamento com recursos da FAPEMAT para uma bolsista remunerada, taxa de bancada e bolsa produtividade para a coordenação, a fim de dar continuidade às atividades de ensino e pesquisa. O grupo produziu em 2018 os seguintes artigos científicos, submetidos para publicação em periódicos acadêmicos da área de estudos literários e estudos comparados: 1. A ficção africana contemporânea: considerações sobre a estética da narrativa; 2. Literaturas africanas: a história na composição narrativa; 3. A literatura engajada no contexto pós-colonial africano; 4. A poesia do mundo: análise do gênero lírico nas literaturas africanas; 5. O universo poético das literaturas africanas; 6. A construção poética de Mia Couto e José Craveirinha. Além de resumos expandidos para apresentação na 4ª Jornada de Ensino, Pesquisa e Extensão - 2018 do *Campus Avançado de Tangará da Serra*.

deve ser constantemente ampliado para fortalecer as atividades de ensino e pesquisa na área.

História e cultura africanas: a literatura como um projeto político

A história brasileira foi sempre marcada por relações assimétricas e verticais, reflexos de práticas coloniais que se perpetuaram no imaginário coletivo dos brasileiros até hoje, portanto, grupos étnicos seguem sendo hierarquizados no mundo social, na indústria cultural e na educação do país. Assim, a história silenciada de grupos sociais e gêneros específicos construiu uma realidade em que a condição de subalternidade de povos negros, indígenas, comunidade LGBT e mulheres soa ainda natural na produção cultural, nas relações sociais e profissionais, e por muito tempo reproduzida também no espaço escolar por estruturas conservadoras.

Em decorrência a esse contexto histórico de desigualdade, ainda são necessários procedimentos políticos e jurídicos para clamar o reconhecimento e a valorização de outros indivíduos na história e na cultura nacionais. Desse modo, a lei 10.639/2003 surge como o elemento norteador para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas, a fim de evidenciar a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. “A obrigatoriedade de inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos de Educação básica trata-se de uma decisão política, com fortes repercussões pedagógicas, inclusive na formação de professores” (BRASIL, 2004, p.17), em que a valorização parece precisar de uma construção coletiva, embora pudesse ter sido uma prática social comum num país reconhecidamente pluriétnico. Por isso a necessidade de tentar mudar o centro hegemônico de referência cultural (WA THIONG’O, 1993), combater o eurocentrismo no discurso e na prática pedagógica (OLIVEIRA *et al.*, 2016), como um contínuo processo de descolonização da mente, na medida em que se reconfigura também o conceito de sociedade brasileira para os próprios brasileiros. Isso de forma alguma significa desprezar o patrimônio histórico e cultural europeu e suas contribuições para a formação da cultura e da intelectualidade brasileiras, trata-se somente da ampliação do campo de referência a ser acessado pelos estudantes brasileiros.

Entretanto, esse projeto humanista de ensino refere-se muito mais a um movimento ético e social de reconhecimento da alteridade, como o grande desafio da

modernidade. O aparato jurídico-institucional serve apenas de suporte para as mudanças culturais exigidas na contemporaneidade, a necessidade de reconhecer o outro, a diversidade de culturas e de gêneros, aceitar as diferenças entre as pessoas no espaço social coletivo, em outras palavras a “construção intercultural da igualdade e da diferença” (SANTOS, 2010, p. 279). Em suma, o axioma refere-se ao princípio de emancipação dos indivíduos subalternizados, por meio da igualdade de tratamento e oportunidade, assim como do respeito pelas diferenças (SANTOS, 2010). A sociedade globalizada do século XXI exige transformações éticas, políticas e educacionais, cujas propostas de emancipação do cidadão passam obrigatoriamente pelo espaço escolar, daí a importância de pensar as práticas pedagógicas e experiências culturais organizadas por currículos que assumam a atividade humana como princípio educativo, para a formação de indivíduos melhores e mais aptos para a interação intercultural contemporânea (VASCONCELLOS, 2011).

Para Spivak (2012), o acesso às histórias alternativas do sujeito pós-colonial produz transformações sociais importantes, cujas implicações políticas acabam por revelar os efeitos práticos da apropriação de discursos únicos sobre a história do mundo. Essas práticas legitimam narrativas pacificadoras de especificidade étnica e cultural, sem rupturas e enfrentamentos com o outro do discurso, ao buscar produzir um “outro confortável” para as relações de poder. O que se propõe, portanto, é uma estratégia de educação que deva reconhecer outras vozes, outros discursos e histórias, e possa também consolidar a pluralidade interna através de oposições de cumplicidade entre o hegemônico e o subalterno, o centro e a periferia, o nacional e o internacional, o cultural e o político, ou seja, a subjetividade de histórias alternativas surgentes nesse contexto.

A partir dessa condição, o acesso às outras experiências de aprendizagem, por meio de leituras culturais alternativas sobre a história social dos povos africanos, revela o universo de possibilidades de lidar com o caráter ético do outro, um princípio de reconhecimento da alteridade que contribui para a percepção da diferença e da pluralidade de discursos. Desse modo, as literaturas africanas trazem ao estudante brasileiro um conjunto de práticas culturais e eventos históricos que acabaram sendo silenciados pelo discurso eurocêntrico e pela pretensa democracia racial do país. Em outras palavras, um novo projeto de reescrita da própria história brasileira se fortalece no momento em que outras vozes ressurgem no cenário cultural do Brasil, permitindo a interação com outras verdades históricas.

Para Said (2012), os indivíduos que decidiram escrever sobre o “lugar do silêncio” na história eurocêntrica materializam um projeto de justiça social na qual a liberdade de fala inclui automaticamente o direito de escolhas, ou seja, um desejo de articulação e não mais do silêncio. Nessa perspectiva, o papel dos escritores e intelectuais tem sido “elucidar a disputa, desafiar e derrotar tanto o silêncio imposto quanto o silêncio conformado do poder invisível, em todo lugar e momento em que seja possível” (SAID, 2012, p. 35). Portanto, as literaturas africanas surgem dessa tentativa de eliminar o silenciamento historicamente construído pelo empreendimento colonial. Trata-se de um projeto político e cultural de construir espaços discursivos para apresentar outras perspectivas sobre os fatos históricos e sociais do continente, uma vez que “qualquer estudo de cultura que ignora as estruturas de dominação, controle e resistência dentro das nações e entre as nações e raças nos últimos quatrocentos anos está em risco de fornecer uma imagem distorcida” (WA THIONG’O, 1993, p.28).

E por isso, o conceito de projeto político deve estar associado diretamente às relações de poder que envolvem o trabalho literário africano, por lidar com feridas coloniais ainda recentes e desdobramentos sociais, políticos e culturais extremamente significativos para se compreender as condições atuais dos países africanos. Portanto, o elemento político refere-se ao fundamento natural do fenômeno histórico das relações humanas e econômicas, ou seja, o poder, em seu mais profundo significado. Nessa perspectiva de pensar a produção literária africana e a crítica pós-colonial, construída com o fortalecimento desse projeto político-cultural, Almeida (2013) ressalta que

um dos principais eixos articuladores da crítica pós-colonial, nomeadamente a ênfase em uma maneira alternativa de pensar e ler os construtos históricos, assim como em um questionamento dos protocolos de leitura e escrita e das construções discursivas que moldaram obstinadamente o pensamento ocidental, consolidando-se ao longo de tempo (ALMEIDA, 2013, p.139).

Assim, a desconstrução de discursos hegemônicos pode dar-se por meio do estudo da cultura e da literatura, em que a África revela alguns conflitos, ainda recentes na história política do continente, nos quais o Brasil deve ter muito interesse ao buscar compreender a própria história do país, e sem acessar o universo histórico africano, qualquer possibilidade de compreensão será parcial e incompleta. Desse modo, “a cultura é uma espécie de teatro em que várias causas políticas e ideológicas se empenham mutuamente [...] um campo de batalha onde as causas se expõem à luz do dia e lutam entre si” (SAID, 2011, p. 12). Isso revela o elemento profundo de embate e

resistência que a produção cultural africana pode trazer ao espaço escolar brasileiro, visto que existem dentro dessa literatura inúmeras outras verdades sobre o processo de colonização, de exploração econômica e cultural do território.

Portanto, são de todos esses elementos que as literaturas africanas tratam de alguma maneira, um constante diálogo entre literatura e história, literatura e política, literatura e nação em que os escritores africanos reconstróem a própria história nacional, em consonância com a historiografia literária. No núcleo dessa produção encontra-se a enorme preocupação em “perceber na literatura as formas de representação da experiência literária, captando as diferentes formas de ler e escrever as contradições que se inseriram no cotidiano dessas gentes” (CHAVES, 2005, p.13). Assim, o patrimônio cultural do continente africano está profundamente marcado pelas trocas, encontros, conflitos, interações, violência, ideais, decepções, guerras e memórias que compõem um conjunto cultural de enorme valor à humanidade, em especial ao povo brasileiro, composto também por essa história narrada parcialmente ao longo dos séculos.

Panorama da poética ficcional contemporânea: a África escrita

Os fundamentos que justificam a implementação prática da lei 10.639/2003 revelam a necessidade de conhecer outras matrizes culturais de formação da sociedade brasileira, como forma de reconhecimento da pluralidade étnico-cultural nacional e também como tentativa de promover o autoconhecimento sobre a história do povo brasileiro. Em síntese, busca-se uma “consciência política e histórica da diversidade” (BRASIL, 2004, p.18), assim, os brasileiros entram em contato com eventos históricos do continente africano que possam colaborar com o entendimento do processo de formação cultural do próprio país. Desse modo, a produção literária funciona como um elemento instrumental para o conhecimento da cultura e da história da África, por parte dos estudantes brasileiros. E a leitura de romances lhes permite acompanhar parcialmente a trajetória histórica, política e cultural desses países. Trata-se de um universo amplo, por vezes contraditório, em que as diferenças fazem parte da base cultural do continente, um território, como o Brasil, também contaminado pelos processos de colonização e exploração que produziram colisões e marcas seculares para esses povos (CHAVES, 1999). Assim, a literatura pode ser uma via de acesso para a formação inicial dos estudantes, ao promover a imersão em produções ficcionais extremamente dialógicas com a história e a política do continente.

Podem-se perceber, assim, outros discursos e perspectivas sobre o processo colonial e seus desdobramentos na realidade política atual dos países africanos, compreender os efeitos do discurso eurocêntrico na formação de identidades nacionais e verificar o papel da literatura nessa construção sociocultural. Para Mata (2008), a própria natureza recente das produções intelectuais pós-coloniais das sociedades africanas fez com que a escrita ficcional sintetizasse grande parte dessas reflexões, assim, a literatura desempenhou o papel criativo de subsidiar reflexões de outras áreas do conhecimento humano, como os fenômenos sociais, políticos e comportamentais, fornecendo um material extraliterário de enorme potencial discursivo. Além disso, a condição predominante do continente era de sociedades tradicionais ágrafas que contaram com a prática da escrita, principalmente por meio das línguas europeias durante a situação colonial, o que permitiu à literatura tornar-se um importante veículo de reflexão histórica e cultural. Sem mencionar ainda a enorme dificuldade do homem africano em ser aceito como sujeito do conhecimento científico no contexto de interação mundial da atualidade. Por isso, é por meio da literatura que as várias linhas do pensamento intelectual nacional se materializam nos sistemas literários locais.

Portanto, a escrita literária africana utiliza-se de estratégias poéticas que ao representar as sociedades pluriétnicas de cada país, também acabam por sintetizar culturas tradicionais, a partir de interpretações da realidade, intencionalidades e ideologias dos escritores. O resultado dessas relações entre diferentes áreas do conhecimento humano é um quadro amplo de produções literárias muito variadas entre si, mas que possuem internamente elementos de aproximação e diálogo entre os sistemas literários nacionais.

Para os objetivos desse trabalho, as próximas seções revelam alguns recortes temáticos comuns às literaturas africanas, a fim de oferecer um panorama gradual da produção ficcional do continente. São apresentadas as obras literárias de Angola, Moçambique, Gana, Nigéria e África do Sul, a partir de reflexões sobre as relações entre ficção e realidade, por meio da reescrita da história, como questionamento sobre as versões oficiais dos fatos históricos nacionais. Assim como, a questão do engajamento político de várias produções ficcionais africanas que tomam os fenômenos políticos, como plano de fundo para a produção de enredos. E por fim, o material literário empregado nas tentativas de construir identidades nacionais em que elementos da tradição são colocados em contraste com a modernidade para refletir sobre os

percursos culturais dos países africanos em confronto com as heranças europeias deixadas no continente.

A releitura da história e as estratégias poéticas da memória

Para Semujanga (1999) as literaturas africanas possuem um compromisso com o passado histórico, à medida que a escrita literária apresenta reflexões sobre a realidade e sobre o passado por meio da ficção, a fim de estabelecer parâmetros éticos de valoração que viabilizem a avaliação e o conhecimento sobre a própria história do continente. Desse modo, evocar a história da África torna-se um mecanismo criativo para multiplicar as versões do passado, com o objetivo de demonstrar que a história oficial dos países e a história do romance tendem a ser, por essência, incompletas. Por isso, mesmo em romances com constantes referências a fatos históricos e descrições de documentos, a discussão sobre a composição ficcional não pode deixar-se levar pelo discurso da verdade do romance.

Trata-se de tentativas de dar novos significados aos fatos históricos, uma vez que as versões da história oficial sempre estão marcadas pela subjetividade do poder colonial, portanto, referem-se às verdades altamente questionáveis do discurso unilateral do colonizador. O acesso à escrita literária, enquanto instrumento de resistência ao poder hegemônico e os espaços para outras vozes, historicamente silenciadas, fazem do material ficcional uma alternativa cultural e política para oferecer outras versões do passado nacional. Chaves (1999) defende que esta constante aproximação entre literatura e história nas produções africanas está ligada ao duplo compromisso do escritor, ou seja, ao mesmo tempo em que deve construir-se enquanto porta-voz de fatos do passado, ele deve ajudar a construir também o projeto de nação, recontando as histórias por meio de testemunhos individuais de experiência vivida. Portanto, o escritor assume o papel de criar uma história comum ao território e recriar valores, símbolos, personagens nacionais que possam dar unidade aos princípios nacionalistas, uma vez que a prática colonial tenha impedido qualquer tentativa de unidade ética e cultural.

Nessa perspectiva, deve-se destacar o papel que a ficção exerce nesses contextos, funcionando como um recurso de reprodução de memórias coletivas, resgate de figuras históricas de uma comunidade. Assim, a liberdade de criação do escritor permite atribuir ao seu trabalho ficcional traços da realidade e da memória, considerados importantes para os objetivos criativos do texto. Além disso, a própria incorporação de fatos históricos alimenta um imaginário ficcional em que lacunas

discursivas podem ser preenchidas como registros de temporalidades (MARSON, 2015). Esse recurso de aproximação entre literatura e história produz efeitos práticos na narrativa, pois fornecem intertextos com o passado e com o próprio presente, visto que muitas vezes esse diálogo com a história possui funções pragmáticas para a compreensão da realidade atual, em que o resgate do passado visa explicar seus desdobramentos e consequências para o presente do país.

De acordo com Moreira (2015), a problematização da própria história política e cultural dos países africanos pode ser uma forma de representar as contradições políticas, as divergências ideológicas e as injustiças da realidade, pois esses países foram marcados por conflitos profundos, tanto durante o período colonial quanto durante a descolonização política, e em muitos casos, nos governos autoritários que se seguiram a independência.

Nessa linha de trabalho, o escritor angolano Pepetela possui três obras muito emblemáticas, cuja releitura da história oferece mecanismos literários de compreensão sobre a condição atual de Angola, refletem também as frustrações dos intelectuais com os projetos coletivos de libertação colonial e com o encaminhamento da política nacional, pós-regime português. Podem-se citar os romances: *A gloriosa família: o tempo dos flamengos* (1999), *A geração da utopia* (2013) e *Lueji: o nascimento de um império* (2015). Essas obras retratam períodos históricos seculares de dominação estrangeira sobre o território angolano.

Em *A gloriosa família* (1999), Pepetela propõe um retorno às guerras angolanas durante o século XVII, ainda sob o domínio holandês, o texto retrata a presença dos flamengos em território angolano para tomar conta do comércio de escravos negros, representado pela figura do europeu Baltazar Van Dun. Embora a história do protagonista holandês perpassa todo o enredo, o personagem narrador adquire mais importância, em termos analíticos, pois, Pepetela concede ao romance um personagem mudo e analfabeto o papel de narrar a trajetória da família de Van Dun, o foco narrativo permite ao escravo descrever suas percepções e compreensões sobre o encontro de cultura e a miscigenação entre os dois povos.

_Do que aprendi no Brasil, é chocante a maneira como os portugueses tratam os habitantes da terra, os negros – disse Marcgraf – Pensam que não têm alma. É também a sua opinião que nós tratamos melhor os habitantes, senhor Van Dum?

_Sem dúvida, há outro respeito. Veja o meu compadre, Dom Agostinho Corte Real. É tratado com a deferência que um aristocrata

merece. Os portugueses só não o venderam como escravo porque não puderam.

_Admirei um pouco as afirmações do meu dono. Não por pensar que eram erradas. Mas junto da família nunca falava mal dos portugueses, se colocava sempre na posição de amigo deles (PEPETELA, 1999, p.152).

Nesse diálogo comercial sobre as condições de comércio e tratamento dos escravos, Portugal, Brasil, Angola e Holanda são contrastados pelas qualidades comerciais de seus povos e visão de negócio sobre os escravos. Os julgamentos do escravo narrador refletem a ironia sobre as condições dos negros nessa terra de vários donos, em meio às reflexões sobre como essas perspectivas de ver o povo angolano produziram séculos de exploração e violência colonial.

No romance *A geração da utopia* (2013), Pepetela escreve sobre a trajetória de um grupo de estudantes angolanos, ao longo de quatro décadas de história (1961-1991). Enquanto estudantes em Portugal, os jovens politizados vivem numa residência para estrangeiros (Casa dos Estudantes do Império) sob o governo ditatorial de Salazar. O enredo foi dividido em quatro etapas, recebe os títulos de *A casa* - 1961, *Chana* - 1972, *O polvo* - 1972 e *O templo* -1991, cada uma dessas etapas descreve um período do processo de descolonização de Angola, ocorrido em 1975, com a queda de Salazar em Portugal. As fases do romance revelam os momentos decisivos na vida dos personagens durante o engajamento dos estudantes nos conflitos pela libertação de Angola, desde as primeiras reuniões de natureza política ainda em Lisboa, passando pelos conflitos armados pela savana angolana, na terceira parte, o personagem Aníbal escolhe exilar-se no litoral sul de Angola, após grandes desilusões com os rumos que a política do país tomou depois da independência, e ao final, já na década de 1990, período posterior às guerras civis ocorridas durante os anos que se seguiram a independência, a luta a qualquer preço pelo poder central do país.

Regressou a Angola em 1975, em plena guerra contra os outros partidos. Logo foi destacado para chefiar uma coluna que travava o avanço dos sul-africanos no rio Keve. Foi então que conheceu Paulino, filho de Ximbulo. O rapaz tinha sobrado da batalha de Katengue, onde morrera o seu irmão mais velho, e recuado com as tropas de Benguela para o Cuanza-Sul. Paulino ficou uma espécie de sua mascote, que passou a levar para todos os sítios. E nas noites de vigília antes das batalhas, Paulino contou que o pai, Ximbulo, era pescador perto da Caotinha e que ele e o irmão tinham sido voluntários para combater quando o kibeto começou na zona de Benguela (PEPETELA, 2013, p.239).

No trecho em destaque, a descrição sobre os personagens reflete a confiança do povo angolano, a imagem de Paulino se junta a todos os outros combatentes voluntários nas guerras civis entre os partidos de libertação de Angola, entre os interesses específicos dos movimentos armados, existia também a esperança na luta pela vitória e pelo país livre do domínio estrangeiro, contudo, as decepções surgem no momento em que percebem a pouca mudança real para o povo angolano, depois da independência. O período colonial havia sido substituído por guerra civil e posteriormente por ditaduras socialistas em que a população continuava sofrendo com o autoritarismo e a exploração.

No terceiro romance analisado de Pepetela, a partir do viés histórico, encontra-se a obra *Lueji: o nascimento de um império* (2015). Nessa obra o autor conecta 400 anos na história de Luanda, com duas personagens principais distantes temporalmente, a rainha Lueji e a dançarina Lu. A narrativa mescla as duas épocas ao reforçar realidades diferentes do país, as diferenças de conflitos entre o período de atuação da rainha Lueji do povo Lunda, quatro séculos atrás em contraste com a trajetória de Lu, a dançarina que se defronta com as dificuldades de uma Angola independente, mas com sérios conflitos sociais e políticos. Assim, as disputas do poder no passado e no presente fazem dessa narrativa histórica uma grande reflexão sobre história, cultura, política e identidade nacional.

Lueji, ao tornar-se a próxima na linha de sucessão do reino, assume o compromisso de manter os ritos da tradição de seu povo, mas sob constantes ataques e ameaças de seus irmãos Tchinguri e Chinyana. A força da personagem feminina na história de Angola reforça as questões de escrita historiográfica e o silenciamento constante das mulheres no passado no país. Desse modo, o retorno ao tempo de Lueji propõe uma reflexão sobre como as identidades nacionais foram moldadas pelo discurso da história, os grandes nomes femininos do passado foram silenciados pela escrita e pela memória do povo. E novamente, os conflitos pelo poder no passado servem como modelos mitificados para a realidade atual do país, e nesse paralelo, a tradição dos povos de Angola se defronta com as transformações culturais, políticas e identitárias da nação recém-independente.

Depois a rainha saiu da sala e o povo aclamou-a na praça. Os seios nus de Lueji pareciam mais firmes, atirados provocantemente para frente, se destacando do colar. O povo, antes duvidoso da força do novo chefe, viu neles um desafio que o tranquilizou. E os gritos e assobios e palmas não paravam. Recebeu, ali mesmo, os presentes que as comitivas trouxeram de todas as partes do reino, agradecendo com

uma ligeira vénia. Subiu para a liteira, transportada por doze guerreiros armados de porrinhos de guerra, escoltada por mais vinte ornados de plumas brancas (PEPETELA, 2015, p.36).

Ao assumir o comando do povo Lunda, Lueji enfrentou o maior desafio pessoal que era construir-se enquanto rainha, cujo legado histórico poderia ultrapassar séculos de guerras no território de Luanda e manter-se forte até alcançar a personagem Lu, responsável em contar a história da rainha em uma apresentação de dança para Angola moderna. Contudo, Lu encontrará inúmeras dificuldades para organizar o espetáculo, pois é preciso conhecer a fundo à história do país e resgatar em si a ancestralidade que a rainha Lueji propagava. Assim, a centralidade do enredo do romance toma as duas protagonistas com o objetivo de dar voz às mulheres da história de Angola, normalmente tangenciadas pela escrita da história. Como uma forma de reescrita da história, Pepetela consegue refletir o sujeito pré-colonial, o colonial e o pós-colonial a partir das construções simbólicas e ideológicas presentes nas relações de poder que se tornam atemporais, podendo ser aplicadas nas diferentes épocas da história angolana, pois, o autor busca definir ou redefinir as relações do presente com o passado, questionando certas formas de memória e esquecimento coletivo, destacando os problemas das formações do discurso da história; nesta perspectiva, o trabalho de Pepetela visa confrontar os opostos, como tentativa de reconciliação e exercício de esperança (DRNDARSKA e MALANDA, 2000).

Nesse mesmo recorte, a obra *O caminho de casa* (2017), da ganesa Yaa Gyasi, utiliza-se de uma proposta semelhante para o resgate histórico do povo de seu país e as transformações causadas pelo comércio de escravos negros. A história de sete gerações das personagens Effia e Esi percorre um trajeto de 250 anos entre Gana e Estados Unidos. As duas irmãs cresceram em tribos separadas e conduzidas por destinos diferentes, enquanto Effia foi vendida para um inglês branco, Esi acabou tornando-se prisioneira em guerras étnicas, e mais tarde também vendida como escrava para ser levada para América. Assim, as próximas gerações de negros escravos são relatadas a cada capítulo do livro, passando pelo trabalho forçado nas *plantations* dos Estados Unidos durante o século XVIII, seguidos pelos descendentes explorados nas minas de carvão e vitimadas na guerra civil norte-americana.

Baaba pegou a grande colher de pau com que estava mexendo o banku e começou a espancar as costas nuas de Effia. Cada vez que a colher era levantada do corpo da menina, ela deixava para trás pedaços quentes e grudentos de banku, que penetravam na sua carne,

queimando. Quando Baaba terminou, Effia estava coberta de ferimentos, chorando e berrando.

[...] Quando completou dez anos de idade, Effia podia desfiar a história das cicatrizes de seu corpo. O verão de 1764, quando Baaba quebrou inhamas nas suas costas. A primavera de 1767, quando Baaba esmagou o pé esquerdo de Effia com uma pedra, quebrando seu dedão, de modo que ele agora estava sempre virado na direção contrária à dos outros dedos. Para cada cicatriz no corpo de Effia, havia uma cicatriz correspondente no corpo de Baaba, mas isso não impedia a mãe de espancar a filha, nem o pai de espancar a mãe. (GYASI, 2017, p.14-15).

Embora o percurso das duas personagens tenha sido em países diferentes, Effia e Esi levam a violência, como elemento comum de aproximação entre as irmãs ganenses. Trata-se de uma denúncia histórica sobre os desdobramentos do empreendimento colonial na trajetória dos povos africanos. O comércio de escravos foi marcado pela exploração da força de trabalho negro, pela violência física e psicológica empregada aos povos africanos e seus descendentes nas Américas, seguido por séculos de trabalho forçado e genocídio, tudo isso contribui para a compreensão sobre o processo de escravidão e principalmente, destaca as consequências seculares dessa prática aos negros hoje.

E também com perspectiva histórica, porém com fortes traços de memórias do escritor, a obra *Bom dia camaradas* (2006) de Ondjaki retrata uma Angola particular da década de 1980. Aos olhos do narrador ainda criança, o romance reflete o processo de compreensão de mundo do personagem de classe média, responsável em contar seu cotidiano em Luanda. As questões políticas e sociais do país tornam-se frequentes objetos de reflexão e aprendizagem por meio de constantes diálogos com os adultos, em especial o camarada António, funcionário da família e sua Tia Dada de Portugal.

MAS, CAMARADA ANTÓNIO, tu não preferes que o país seja assim livre? [...]

O camarada António respirava primeiro. Fechava a torneira depois. Limpava as mãos, mexia no fogo do fogão.

Então dizia:

— Menino, no tempo do branco isto não era assim...

Depois, sorria. Eu mesmo queria era entender aquele sorriso. Tinha ouvido histórias incríveis de maus tratos, de más condições de vida, pagamentos injustos, e tudo mais. Mas o camarada António gostava dessa frase dele a favor dos portugueses, e sorria assim tipo mistério (ONDJAKI, 2006, p.17).

A história política de Angola é descrita a partir de questionamentos do narrador sobre o sistema socialista pós-independência, em contraste com as práticas capitalistas

na antiga metrópole colonial, Portugal. Além disso, o universo educacional de Luanda foi marcado na memória do narrador pela presença de cubanos e o setor de segurança composto por soviéticos, assim, Angola, Cuba e União Soviética se interligam politicamente, a fim de colaborar com a reconstrução do país. Como elemento contraditório da política angolana pós-independência, a nação se vê relativamente livre da presença dos portugueses, mas a gestão política do país havia sido substituída por outros estrangeiros, no tempo da narrativa, cubanos e soviéticos mantiveram-se muito ativos no controle do poder central.

Literatura e política: elementos da composição narrativa africana

Para Lawson-Hellu (2004), as literaturas africanas têm sido fortemente marcadas pelo campo discursivo, ao evoluir por meio de narrativas historicamente datadas, de constante diálogo com os elementos da política e da história dos países africanos. Porém, essas características foram se transformando profundamente ao longo das décadas pós-independência. Dessa maneira, as expressões do real e de suas crises refletem ainda o descontentamento dos escritores com seus contextos nacionais, por isso, talvez isso justifique o engajamento dos produtores culturais em questões políticas.

Sartre (2004) explica que o escritor lida com significados, portanto, atribui às palavras intenções, ideologias e subjetividades e por isso mesmo produz discursos historicamente marcados no processo de escrita ficcional. Em outras palavras, “a prosa é utilitária por essência” (SARTRE, 2004, p.18), assim, qualquer produto de escrita narrativa possui em sua natureza o engajamento do escritor em algum posicionamento discursivo e ideológico, o que faz da literatura, por excelência, um veículo de comunicação e chamada à ação, à mudança, à transformação social. Notadamente, o termo “literatura engajada” refere-se à prática de associar a literatura aos fenômenos políticos, contudo, toda obra literária pode ser considerada engajada, em algum nível, pois, ela tende a propor um modo particular de ver o mundo e dar forma e sentido à realidade, por isso, a ideia de que a escrita ficcional é naturalmente política, visto que trabalha com elementos da realidade que envolvem as relações de poder (DENIS, 2002).

Nessa perspectiva, as literaturas africanas possuem fortes características de engajamento com os fenômenos políticos, pois as narrativas tendem a ser historicamente alicerçadas e com marcas claras de contextualidade temporal. Trata-se de obras que tomam os eventos da realidade como plano de fundo para produzir enredos e tramas, pode-se dizer que são naturalmente dialógicas com os fatos históricos e

políticos de seus países. Para Abdala Junior (2007, p.57), “importa também destacar que a ideologia tem significação literária por sua objetivação, materialização, nas interações com os discursos culturais, cujas tensões modelam a escrita”, o que significa dizer que mesmo em enredos visivelmente culturais, com reflexões sobre a tradição, a língua de representação e práticas culturais, as ideologias estão presentes desde a tomada de partido dos escritores, no posicionamento discursivo do texto, até mesmo na construção de personagens, com objetivos específicos a serem atendidos ao longo da trama.

Em *Meio sol amarelo* (2008) de Chimamanda Adichie, a história política da Nigéria é traçada desde os anos de 1960, ao longo de inúmeros conflitos de ordem política, decorrentes da formação do Estado de Biafra, a partir da separação étnica entre povos igbos, hauçás e iorubas da Nigéria. O romance descreve a trajetória de guerra civil entre as etnias na disputa pelo poder central do país, incluindo a região separatista. A história narra inicialmente a vida do garoto de vilarejo, chamado Ugwu, que se torna o empregado doméstico de Odenigbo, um professor da Universidade de Nsukka. O cotidiano de Ugwu será modificado com o casamento do patrão com Olanna, uma jovem professora universitária educada em Londres, filha de um rico empresário da capital Lagos. Contudo, com o golpe de Estado de 1966, os personagens passam a presenciar a violência da guerra civil do país. O enredo gira em torno do sofrimento desses três personagens e da resiliência em manterem-se juntos diante do propósito de criar um novo Estado para o povo igbo, ao separar-se do território nigeriano.

A destruição das cidades, com a expansão do conflito armado, dos relacionamentos e da política, faz desse romance de Chimamanda, uma grande obra de revisitação à história da Nigéria e ao mesmo tempo reflete sobre os encaminhamentos políticos do país.

A constituição foi suspensa, e os governos regionais e as assembleias eleitas foram dissolvidos. Meus queridos compatriotas, o objetivo do Conselho Revolucionário é estabelecer uma nação livre de corrupção e de lutas internas. Nossos inimigos são os aproveitadores políticos, os vigaristas, aqueles que ocupam tanto altos postos quanto cargos de segundo escalão e que exigem suborno de dez por cento, são os que procuram manter o país permanentemente dividido para continuar lucrando, são os tribalistas, os nepotistas, aqueles que fazem nosso país parecer bom para coisa nenhuma nos círculos internacionais, aqueles que corromperam a nossa sociedade (ADICHIE, 2008, p.148).

O trecho acima se refere ao anúncio de rádio feito após o golpe de Estado realizado na capital Lagos. Odenigbo, Olanna e Ugwu escutam atentamente ao noticiário em Nsukka, porém, temem pelas transformações em curso, com a tomada do

poder e o impedimento à concretização da fundação do Estado de Biafra, ao sul da Nigéria. A partir de então, os desdobramentos do golpe e o avanço da guerra civil nigeriana obrigam os personagens a fugir para diversas cidades da região, por um longo trajeto de desespero, violência, mortes e fome, em que todos os projetos de vida são também destruídos pelos horrores da guerra.

Em outro excelente trabalho da escritora nigeriana Chimamanda Adichie, o romance *Hibisco Roxo* (2015) perfaz uma trajetória semelhante de degradação política do país e conseqüentemente das relações humanas entre os personagens. Nessa obra, a jovem nigeriana Kambili, filha de Beatrice e Eugene, revela o lado perverso e violento do patriarcado religioso, representado pela figura do pai da protagonista. Eugene proclama a religião cristã como um imperativo a sua família, e opõe-se profundamente às práticas religiosas tradicionais do país e por meio de comportamentos violentos em relação à família, o rico empresário destrói a sua família. Durante esse processo de compreensão de Kambili sobre o que o pai seria capaz de fazer com os membros da família para que sigam integralmente os preceitos religiosos cristãos. As brigas e surras de Beatrice e de seus filhos acumulam-se diante da violência e do autoritarismo de Eugene. Todos esses eventos traumáticos para a família de Kambili são sustentados por eventos políticos igualmente violentos em seu país, assim, as tentativas de golpe de Estado são acompanhadas por todos, uma vez que Eugene possui entre suas empresas, o jornal *Standard*, de oposição ao governo central.

Um general com um forte sotaque hausa começou a falar, anunciando que ocorrera um golpe que havia um novo governo. Em pouco tempo, saberíamos quem era o novo chefe de Estado [...] Golpes levavam a mais golpes, disse Papa, contando-nos sobre os golpes sangrentos dos anos 1960, que acabaram se transformando em uma guerra civil logo depois que ele deixou a Nigéria para ir estudar na Inglaterra. Um golpe sempre iniciava um ciclo vicioso. Militares sempre derrubariam uns aos outros simplesmente porque tinham como fazer isso e porque todos ficavam embriagados pelo poder (ADICHIE, 2011, p. 30-31).

Assim, a narrativa de Chimamanda utiliza-se da história política da Nigéria para compor o contexto de construção de seus personagens. A ingenuidade de Kambili gradativamente se perde, diante das práticas violentas do pai, contudo, pode-se dizer que essas ações se correlacionam com os elementos externos à família, uma vez que a política do país também se desfaz frente aos constantes golpes militares para tomar o poder político nigeriano.

Numa linha próxima de violência, o romance *A arma da casa* (2000) de Nadine Gordimer converte os traumas do sistema de segregação da África do Sul em desdobramentos de naturalização da violência. Nessa obra de Nadine, o período pós-apartheid torna-se um assunto de fundo à trama do arquiteto branco Duncan Lindgard, por cometer um assassinato passional, além de ser preso, Duncan corre ainda o risco de ser sentenciado à morte pelo crime que cometeu contra o melhor amigo. Como um resquício brutal do sistema judicial do apartheid, a pena de morte pode ser abolida antes da total condenação do jovem branco, e para isso, Duncan contrata um advogado negro para a sua defesa, Motsamai, mesmo diante da oposição dos pais em contratá-lo para a causa familiar.

Uma necessidade de apresentar a formulação exata.

— “Por que você não bebe alguma coisa?” Essas palavras eu ouvi no meio de uma falação que eu não conseguia mais acompanhar. A última coisa eu o ouvi dizer a mim. De repente peguei a arma que estava em cima da mesa. E então ele se calou. O barulho parou. Eu tinha atirado nele. A cabeça de Duncan inclinou-se para trás devagar. Seus olhos estão fechados, isolando-o de todos eles, Motsamai, o juiz, os assessores, o promotor, os funcionários, a plateia, onde uma mulher soltou um soluço teatral, a mãe e o pai. Harald e Claudia não podem estar ao seu lado, ali onde ele está, sozinho com o homem que ele matou com um tiro na cabeça, com a arma que estava bem à mão (GORDIMER, 2000, p. 260).

O julgamento de Duncan revela o passado de segregação da África do Sul, a todo o momento o enredo nos convida a questionar, e se fosse ao contrário? Se o jovem negro estivesse sendo julgado pelo mesmo crime de Duncan? A pena de morte era apenas um dos elementos que permaneceu no sistema jurídico do país, mas seria abolido em breve. Porém, somente a mudança das leis não seria suficiente para reparar todas as injustiças cometidas durante o período de segregação da justiça sul-africana. A política recusou-se em reconhecer o racismo em suas instituições, e somente na década de 1990, pôde-se, enfim, eliminar o sistema institucionalizado de separação entre brancos e negros, contudo, a prática do racismo seria algo a ser trabalhado constantemente pelos povos da África do Sul nas décadas seguintes.

Em *Terra sonâmbula* (2016) de Mia Couto, o desencanto com o próprio país faz com que o escritor produza uma narrativa de natureza política, cuja alternância entre sonho e realidade pode demonstrar o sentimento do povo moçambicano, diante da instabilidade política do país assolado por guerras civis desde a independência de Portugal. Entre o sonho de transformação da política do país e a dura realidade da

guerra, existe um povo sonâmbulo frente às dificuldades materiais de manter a confiança nos governos locais. Após anos de lutas por libertação colonial, o país que surge depois da independência reproduz o mesmo sistema autoritário de governar o país. Nessa obra de Mia Couto, duas jornadas se entrelaçam ao longo do enredo. A caminhada do protagonista Muidinga e o velho sábio Tuahir, seu acompanhante em meio à savana moçambicana durante a guerra civil, é alterada pelos cadernos de memórias do personagem Kindzu, um menino morto durante a guerra. Ao encontrar os cadernos, Muidinga depara-se com inúmeros relatos do garoto também em fuga por causa da guerra.

Se dizia daquela terra que era sonâmbula. Porque enquanto os homens dormiam, a terra se movia espaços afora. Quando despertavam, os habitantes olhavam o novo rosto da paisagem e sabiam que, naquela noite, eles tinham sido visitados pela fantasia do sonho.

Crença dos habitantes de Matimati

O que faz andar a estrada? É o sonho. Enquanto a gente sonhar a estrada permanecerá viva. É para isso que servem os caminhos, para nos fazerem parentes do futuro (COUTO, 2016, p. 6).

Na fala de Tuahir, os sonhos são fundamentais em tempo de guerra, a trajetória a seguir se constrói ao longo dos desejos e aspirações para o futuro, e é exatamente o caminho de fuga que faz com que as histórias de Muidinga se encontrem com as de Kindzu. Ao ler os cadernos de relatos de Kindzu, os personagens passam a refletir mais sobre o país, o destino dos moçambicanos e a própria guerra, o elemento central de toda a trama. Trata-se de uma obra fundamental para a compreensão da história social e política de Moçambique, depois de anos em conflito armado contra Portugal pela independência, o momento seguinte, ao invés de trazer paz e projetos para o país, trouxe novas guerras, agora entre os próprios movimentos de libertação em disputa pelo poder. Portanto, o que se tem no enredo de *Terra Sonâmbula* (2000) são personagens perdidos nos caminhos do próprio país, lutando para manter o sonho para o futuro, apesar de todas as razões para desencorajar-se do combate.

Considerações finais

O estudo da história e da cultura africanas na educação básica demonstra ser uma necessidade para a formação integral dos alunos, uma vez que a própria história étnica, econômica e social brasileira estrutura-se enormemente nessa relação intercultural com os povos africanos. Diante disso, as práticas de investigação podem

tornar-se alternativas muito válidas para a transformação das estruturas curriculares educacionais. Progressivamente, a pesquisa passa a fazer parte do universo escolar do ensino básico, por meio de projetos de estudo, grupos de pesquisas, fóruns de investigação colaborativa e principalmente, pelos cursos de formação docente. Nessa perspectiva, os produtos culturais africanos passam a compor as propostas pedagógicas com mais frequência e efetividade no cotidiano do ensino, um discurso que se converte em prática, condição fundamental para mudanças nas experiências de aprendizagem.

No que se refere especificamente às literaturas africanas, o diálogo entre ficção, história e política tem sido um marca muito significativa para as produções literárias do continente, com especial destaque para a crítica pós-colonial e os estudos culturais, como referências teóricas complementares para o acesso a essas produções e também para a compreensão do próprio processo histórico-cultural de forma geral. Trata-se de materiais indispensáveis para se pensar os efeitos do discurso colonial sobre o patrimônio cultural da África e mesmo do Brasil, como território afetado também pelo empreendimento colonial. A crítica pós-colonial visa contribuir para a desconstrução do discurso colonial europeu hegemônico, um aspecto muito significativo para os estudos da produção literária africana, uma vez que esses trabalhos questionam a universalidade da escrita da história e os conceitos de verdade.

Referências

ABDALA JUNIOR, B. *Literatura, história e política*. Cotia-SP: Ateliê, 2007.

ADICHIE, C. N. *Hibisco Roxo*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. *Meio sol amarelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ALMEIDA, Sandra R. G. *Quando o sujeito subalterno fala: especulações sobre a razão pós-colonial*. In: ALMEIDA, J.; MIGLIEVICH-RIBEIRO, A. GOMES, H.T. *Crítica pós-colonial: panorama de leituras contemporâneas*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

AMÂNCIO, Iris M. C.; GOMES, Nilma L.; JORGE, Miriam L. *Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRASIL. *Ministério da Educação e Cultura*. Diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2014.

DENIS, B. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. São Paulo: EDUSC, 2002.

CHAVES, Rita. *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2005.

_____. *A formação do romance angolano*. São Paulo: Lato Senso, 1999.

CHARTIER, Roger. *Debate, literatura e história*. Revista Topoi, Ano 1999, V.1

COUTO, Mia. *Terra Sonâmbula*. São Paulo: Schwarcz, 2016.

DRNDARSKA, Dea; MALANDA, Ange-Séverin. *Pepetela et l'écriture du mythe et de l'histoire*. Paris: L'Harmattan, 2000.

GORDIMER, Nadine. *A arma da casa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LAWSON-HELLU, Laté. *Roman africain et ideologie*. Laval: Presses de l'Université de Laval, 2004

MARSON, Izabel Andrade. *Obras de ficção revelam características de momento histórico*. Entrevista. Disponível em: <http://www.comciencia.br/entrevistas/2004/10/entrevista2.htm>. Acesso em 13 Jul.2018.

MATA, Inocência. *A crítica literária africana e a teoria pós-colonial: um modismo ou uma exigência?* Marrare - Revista de Literatura Portuguesa da UERJ. Nº 8, 2008.

MOREIRA, Terezinha T. *História, violência e trauma na escrita literária angolana e moçambicana*. CESPUC, Belo Horizonte - n. 27 - 2015

ONDJAKI. *Bom dia camaradas*. Rio de Janeiro: Agir, 2006.

OLIVEIRA, A. V.; SANTOS, L. S. C.; KUABARA, S. Y. *Transformando o ensino de literatura: uma reflexão sobre tradição e eurocentrismo*. Diálogo das Letras, Pau dos Ferros, v. 05, n. 01, p. 160-174, jan./jun. 2016.

OLIVEIRA, Adilson V. *Literatura e história: estudo sobre a revolta da Casa dos Ídolos e Bom dia, camaradas*. Revista Athena. Vol. 04, nº1, 2013.

PEPETELA. *A gloriosa família: o tempo dos flamengos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. *A geração da utopia*. São Paulo: Leya, 2013.

_____. *Lueji: o nascimento de um império*. São Paulo: Leya, 2015.

SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2012.

SANTOS, Boaventura de S. *A gramática do tempo*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* 3ed. São Paulo: Ática, 2004.

SPIVAK, Gayatri C. *An aesthetic education in the era of globalization*. Massachusetts: Harvard University Press, 2012.

VANCONCELLOS, Celso S. *Currículo: a atividade humana como princípio educativo*. 3ªed. São Paulo: Libertad, 2011.

WA THING'O, Ngũgĩ. *Moving the center: the struggle for cultural freedom*. Nairobi, Kenya: English Press, 1993.

AFRICAN LITERATURES AND EDUCATION: ASSUMPTIONS OF RESEARCH AS A PEDAGOGICAL EXPERIENCE

ABSTRACT

This work promotes reflections on research practices in African literature in integrated high school, using the methods of comparative literature. In this perspective, African history and culture become objects of critical analysis through fictional writing from various countries on the continent, in order to demonstrate how African literatures have become an aesthetic and political project of rewriting the cultural history of Africa. As a corpus of comparative analysis, the works "The glorious family: the time of the Flemish" (1999), "The generation of utopia" (2013), "Lueji: the birth of an empire" (2015) by Pepetela, "The way home" (2017) by Yaa Gyasi, "Good morning comrades" (2006) by Ondjaki, "Half yellow sun" (2008), "Purple hibiscus" (2015) by Chimamanda Adichie, "The weapon of the house" (2000) by Nadine Gordimer and "Terra sonâmbula" (2000) by Mia Couto.

Keywords: african literature, history, culture, teaching, research.

Recebido em: 12/03/2019.

Aprovado em: 05/05/2019.